A Democracia que Todos Querem, Mas Poucos Sabem Viver

Publicado em 2026-11-20 15:00:00



A Democracia que Todos Querem, Mas Poucos Sabem Viver

Quando a liberdade de expressão termina onde começa a opinião dos outros

> recusá-la àqueles que pensam de maneira diferente. Trata-se de reflexão e opinião, não de uma caracterização estatística de todos os cidadãos.

A liberdade que só serve para nós

Há uma estranha contradição no nosso tempo. Quase todos dizem amar a democracia. Invocam-na em discursos, ostentam-na nas redes sociais e reclamam-na quando se sentem injustiçados. Mas basta surgir uma opinião diferente para que a tolerância se transforme em impaciência, a discordância em insulto e o interlocutor em inimigo.

Queremos o direito de falar, mas nem sempre reconhecemos aos outros o direito de nos contrariar. Exigimos respeito pelas nossas convicções e, no entanto, consideramos ofensivo que alguém ponha em causa as nossas certezas. Não será isto querer a liberdade como privilégio, em vez de a reconhecer como princípio?

Uma democracia não existe para garantir que todos concordam. Existe precisamente porque as pessoas divergem sobre valores, interesses, crenças e caminhos possíveis. O pluralismo não é uma anomalia do sistema: é uma das razões pelas quais o sistema democrático se torna necessário.

O voto é indispensável, mas não basta. A regra da maioria organiza decisões; não concede à maioria o direito de apagar a dignidade, a voz ou os direitos das minorias. Uma eleição pode decidir quem governa. Não decide quem tem o monopólio da verdade.

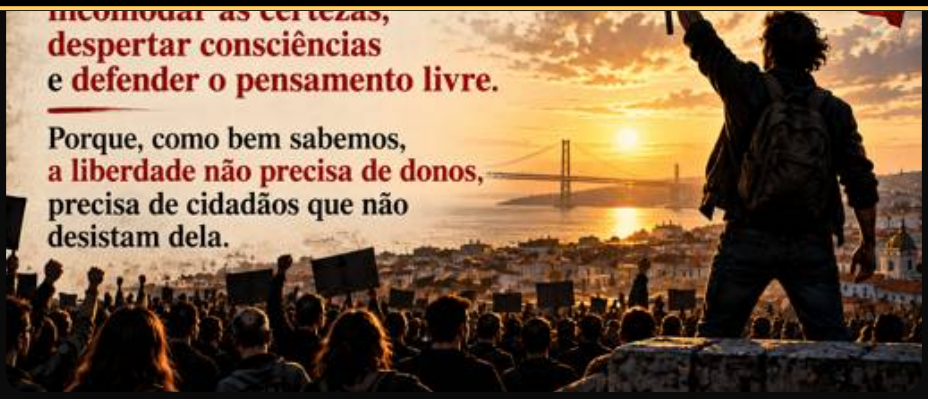
Respeitar alguém não significa aceitar os seus argumentos como correctos. Significa reconhecer que a sua condição de cidadão não depende de concordar connosco.

> *A democracia não se mede pela liberdade que concedemos àqueles que pensam como nós, mas pela liberdade que reconhecemos àqueles que ousam pensar de maneira diferente.*

O autoritarismo não começa sempre com uma ordem policial ou com a censura de um jornal. Pode começar num gesto banal: interromper quem discorda, atribuir-lhe más intenções sem provas, exigir a sua exclusão de uma conversa ou celebrar o seu silenciamento.

Nas discussões públicas, a tentação de reduzir o adversário a uma caricatura é particularmente forte. Se o outro deixa de ser uma pessoa com razões, dúvidas e experiências, torna-se mais fácil desprezá-lo do que responder-lhe. E o debate degrada-se num concurso de fidelidades tribais.

É possível criticar severamente uma ideia sem humilhar quem a defende. Aliás, a crítica rigorosa precisa da liberdade de expressão tanto quanto precisa de responsabilidade intelectual.



A humildade de poder estar errado

A democracia exige uma virtude pouco espectacular: admitir a possibilidade de erro. A nossa inteligência é poderosa, mas não está imune a preconceitos, interesses e atalhos mentais. Procuramos frequentemente argumentos que confirmam o que já pensamos e desconfiamos dos que nos obrigam a rever uma convicção.

Por isso, escutar não é render-se. É testar as nossas próprias ideias contra as melhores objecções disponíveis. Uma convicção que não tolera perguntas talvez não seja tão sólida como o seu defensor imagina.

A verdadeira maturidade cívica revela-se quando conseguimos dizer: discordo de ti, mas quero

Tolerância não é indiferença

Há, porém, um equívoco a evitar. Defender a liberdade de opinião não obriga a aceitar ameaças, perseguições, incitamento à violência ou projectos que procuram retirar aos outros os mesmos direitos. A sociedade aberta precisa de proteger as condições que tornam possível a discussão livre.

O chamado paradoxo da tolerância, associado a Karl Popper, recorda-nos esta dificuldade. Mas não deve ser convertido num pretexto para chamar intolerante a qualquer pessoa de quem discordamos. Os limites à expressão exigem critérios jurídicos, proporcionalidade e fundamentação, não apenas indignação.

Também não existe um direito automático a ser aplaudido, nem uma obrigação de disponibilizar todos os palcos privados a todas as opiniões. O essencial é distinguir crítica, recusa de concordância e legítima moderação de actos de intimidação ou supressão arbitrária da liberdade.

História. Aprende-se na família, na escola, no trabalho, nas associações, nos meios de comunicação e nas conversas difíceis. Aprende-se quando uma criança pode perguntar sem ser ridicularizada; quando um professor estimula argumentos em vez de obediência; quando um cidadão contesta o poder sem ser tratado como inimigo.

A tecnologia deu a milhões de pessoas a possibilidade de falar em público. Mas a multiplicação das vozes não trouxe, por si só, a capacidade de ouvir. Uma sociedade conectada pode continuar intelectualmente isolada, se cada grupo transformar as suas convicções numa muralha.

Precisamos de mais do que plataformas para falar: precisamos de hábitos de discussão, literacia mediática, instituições fiáveis e disposição para corrigir erros.

A pergunta que fica

A democracia é uma conquista extraordinária precisamente porque dispensa a unanimidade. Permite-nos viver juntos sem pensar da mesma maneira. Substitui a imposição pela discussão, a obediência cega pela responsabilidade e a força bruta por regras comuns que podem ser contestadas e aperfeiçoadas.

distinguir uma pessoa da opinião que ela exprime?

Porque uma liberdade reservada aos nossos semelhantes não é ainda liberdade democrática. É apenas um privilégio à espera de mudar de mãos.

ELEMENTOS CENTRAIS

- Liberdade de expressão inclui a protecção de opiniões discordantes.
- O pluralismo pressupõe direitos iguais, não unanimidade.
- Crítica vigorosa não equivale necessariamente a censura.
- A tolerância tem limites justificáveis quando estão em causa os direitos e a segurança de terceiros.

Este texto constitui uma reflexão ensaística sobre a cultura democrática e o pluralismo. Não pretende equiparar toda a discordância à intolerância, nem sugerir que todas as opiniões possuem idêntica fundamentação factual.

As referências seguintes documentam princípios jurídicos e debates filosóficos relevantes; as interpretações e conclusões editoriais pertencem ao autor.

Referências credíveis

- Stanford Encyclopedia of Philosophy — Toleration (rev. 2026)
- Nações Unidas — Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 19.º
- Conselho da Europa — Convenção Europeia dos Direitos Humanos, artigo 10.º
- UNESCO — Declaration of Principles on Tolerance (1995)
- Encyclopaedia Britannica — Confirmation bias

PC-Chrome-News

Ler o livro : A Democracia Infantil

☁️ GitHub Pages

🛰️ CodeBerg Pages